



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PERNAMBUCO

46

Ata da vigésima segunda sessão ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

1. As treze horas e quinze minutos do dia oito de a-
2. bril de mil novecentos e oitenta e seis (8.4.1986), nesta
3. cidade do Recife, Estado de Pernambuco, presentes os Ex-
4. celentíssimos Senhores: Desembargador Presidente, Pedro
5. Ribeiro Malta e Desembargador Vice-Presidente, Gabriel
6. Lucena Cavalcanti; Juiz Federal, Doutor José Baptista de
7. Almeida Filho; Juizes de Direito: Doutor Francisco Rodri-
8. gues dos Santos e Doutor Etério Ramos Galvão Filho; e a
9. Procuradora Regional Eleitoral, Doutora Eliane Albuquer-
10. que de Oliveira Recena, comigo, Marcelo Russell Wander-
11. ley, Diretor-Geral da Secretaria, foi aberta a sessão. Li
12. da e aprovada a ata da sessão anterior, S.Exa. o Desem-
13. bargador Presidente relatou o feito adiante descrito: PRO
14. CESSO nº 4340/86, Classe I (Feito Administrativo), proce-
15. dente da 24ª zona - LIMOEIRO I/2. O Juiz Eleitoral indi-
16. cando a Escrevente substituta, MARIA DAS GRAÇAS DA PAZ
17. PESSOA DE MOURA para, durante o período de licença prê-
18. mio da titular (18.2.86 a 18.3.86) responder pela Escri-
19. vania eleitoral. DECISÃO: Por unanimidade de votos resol-
20. veu o TRE homologar a indicação. Com a palavra o Juiz, Dr
21. Francisco Rodrigues dos Santos, relatando o feito adian-
22. te descrito: PROCESSO nº 859/86, Classe XIII. O PFL, por
23. seu delegado credenciado junto ao TRE, requerendo o re-
24. gistro do Diretório Regional em Pernambuco. O referido
25. requerimento foi ratificado pelo 1º Vice-Presidente da
26. Comissão Executiva do PFL em Pernambuco, no exercício da
27. Presidência. DECISÃO: Por unanimidade de votos resolveu
28. o TRE deferir o pedido de registro. Passou, logo após. S.
29. Exa. o Desembargador Presidente a direção dos trabalhos
30. ao Desembargador Vice-Presidente que leu o Ofício nº 13-
31. GP/86, de 7.4.1986, subscrito pelo Desembargador Presi-
32. dente, Pedro Ribeiro Malta solicitando o seu afastamento
33. da Justiça comum, no período de 8.4.86 a 20.6.86, para a
34. tender as necessidades do recadastramento eleitoral, nos
35. termos do art. 30, inciso III do Código Eleitoral. Por u
36. nanimidade de votos resolveu o TRE conceder o afastamen-
37. to pedido, determinando a remessa de expediente ao Tribu
38. nal Superior Eleitoral. Nada mais havendo a tratar, foi
39. encerrada a sessão, do que, para constar, eu, *[assinatura]*
40. Diretor-Geral da Secretaria mandei lavrar a presente que
41. vai devidamente assinada.

[Assinaturas manuscritas]